



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



Secretaria Executiva

PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 235, DE 30 DE ABRIL DE 2024

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Portaria MPA nº 235, de 30 de abril de 2024

O MINISTRO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o § 5º do Art. 8º do Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, tendo em vista o disposto na Portaria nº 554, de 21 de janeiro de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o constante nos autos do Processo nº 21000.034410/2022-48, resolve:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura a Secretaria Executiva do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Rio São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste (CPG Nordeste), da Rede Nacional Colaborativa para Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil.

Art. 2º A secretaria-executiva será composta pelos seguintes servidores da Secretaria de Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura:

I - Secretária-executiva:

a) Titular: Bianca Larissa de Mesquita Sousa, Matrícula SIAPE nº 3363946;

b) Suplente: Yoshiaki Nogueira Miyazaki, Matrícula SIAPE nº 1258457.

II - Secretário Adjunto:

a) Titular: Yoshiaki Nogueira Miyazaki, Matrícula SIAPE nº 1258457;

b) Suplente: Sandy Evelin Rodrigues Lima, Matrícula SIAPE nº 1273599.

III - Equipe de apoio:

a) Titular: Edilene Pinheiro Ferreira, Matrícula SIAPE nº 3406175;

b) Suplente: Letícia Origi Fischer, Matrícula SIAPE nº 3332673.

Art. 3º Na ausência de qualquer servidor titular na reunião do CPG Nordeste, a função será realizada por seu



Membros

PUBLICAÇÃO DA PORTARIA MPA Nº 247, DE 08 DE MAIO DE 2024



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA MPA Nº 247, DE 08 DE MAIO DE 2024

Designa os membros do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste (CPG Nordeste), da Rede Nacional Colaborativa para Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil).

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, os incisos II e X do art. 39 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 os incisos II e X do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, na Portaria nº 554, de 21 de janeiro de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta no Processo SEI nº 21000.034410/2022-48, resolve:

Art. 1º Ficam designados os membros Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste (CPG Nordeste), da Rede Nacional Colaborativa para Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil), instituída pelo Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, de caráter consultivo e de assessoramento, com objetivo de subsidiar a gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros na região.

Art. 2º O Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste (CPG Nordeste) será coordenado pelo membro representante da



Secretaria Nacional de
Pesca Artesanal

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Membros

DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ PORTARIA MPA Nº 247, DE 08 DE MAIO DE 2024

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E ESTADUAL			
Instituição		Titular	Suplente
1	Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	Rivetla Edipo Araújo Cruz	Carolina Amorim da Silva Bittencourt
2	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Ronaldo Gonçalves Morato	Henrique Breda Arakawa
3	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	Iran Cardoso Júnior	Rothier Flores de Siqueira Júnior
4	Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (EMA/MB)	Sergio Santos Dias Carneiro	Romivaldo Silva Vasques
5	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	Michel Lopes Machado	Luciano dos Santos Gonçalves
6	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Maria Rita de Cascia Barreto Neto	Claudio Rodrigues Fabi



Membros

<i>Instituição</i>		<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
7	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)	Hermano Luiz Carvalho dos Santos	Albert Bartolomeu de Sousa Rosa
8	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia (SEAGRI-BA)	Carlito Souza Nunes	José Roberto Cecconi Pantaleão
9	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SDA-CE)	Ana Teresa Barbosa de Carvalho	Thiago Sá Ponte
10	Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca (SDA-PE)	Cícero Vicente Marinho Xavier de Moraes	Jackeline Gadé de Araújo Rossiter
11	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura do Estado de Alagoas (SEAGRI-AL)	Miguel Antônio Oliveira Silva	Joelmir José Albuquerque de Farias
12	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba (SEDAP-PB)	Maria Silva da Cunha	Fidelis de Oliveira Torres



Membros

<i>Instituição</i>		<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
13	Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura do Maranhão (SEPA-MA)	Patrick Souza Freire	Georgia Braga Costa
14	Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Rio Grande do Norte (SAPE-RN)	Guilherme Moraes Saldanha	David Soares de Souza
15	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG)	Leandro Carmo Guimarães	Roberto Coelho Diniz Lopes de Sousa
REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE			
16	Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)	Jairo Gund	Lais Belsito Pestana
17	Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)	Renata Akemi Shinozaki Mendes	Elton José de França
18	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)	Maria José da Silva Santos	Genivaldo Bezerra



Membros

<i>Instituição</i>		<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
19	Cooperativa de Produção e Industrialização da Aquicultura e Agricultura Familiar do Brasil (CINDEAS)	Adriano Pereira da Silva	Siderlânio Moraes de Sousa
20	Federação dos Pescadores do Estado de Sergipe (FEPESE)	José Marcos Santos de Menezes	Odair José da Conceição Santos
21	Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)	João Lucas Oliveira Rocha	Lucemario Xavier Batista
22	Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDIFRIO-CE)	Francisco Ozina Costa Lima	Carlos Eduardo Villaça



Convidados

1	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE PESCA E AQUICULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS (SFPA/AL)
2	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE PESCA E AQUICULTURA DO ESTADO DA BAHIA (SFPA/BA)
3	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE PESCA E AQUICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ (SFPA/CE)
4	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE PESCA E AQUICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO (SFPA/MA)
5	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE PESCA E AQUICULTURA DO ESTADO DA PARAÍBA (SFPA/PB)
6	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE PESCA E AQUICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SFPA/PE)
7	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE PESCA E AQUICULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ (SFPA/PI)
8	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE PESCA E AQUICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE (SFPA/RN)
9	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE PESCA E AQUICULTURA DO ESTADO DO SERGIPE (SFPA/SE)



Convidados

10	CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA	ADRIANA TOLEDO
11	SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA (SERMOP)	LUÍS GUSTAVO CARDOSO ELIELMA RIBEIRO BORCEM
12	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO	VITOR PRATES LORENZO
13	HYDROBIOLOGY	NEWTON BARBOSA
14	CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES (CPP)	FRANCISCO NONATO DO NASCIMENTO FILHO
15	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS TRABALHADORES DA PESCA E AQUICULTURA (CBPA)	ABRAÃO LINCOLN
16	COMISSÃO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS COSTEIRAS E MARINHAS (CONFREM)	FLAVIO LONTRO
17	CONFEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE PESCADORES ARTESANAIS (CONFESPA)	CLÓVIS AMORIM DA SILVA AJAX TAVARES



Convidados

18	SECRETARIO DO CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES	SEVERINO ANTONIO DOS SANTOS
19	COORDENAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DO MPP NO SERTÃO DE PERNAMBUCO	MARIA DAGUIA ALVES NETA
20	PRESIDENTE DA COLÔNIA Z-23 DE PETROLÂNDIA/PE	EVALDO SAMUEL SANTOS
21	ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DA REGIÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO E CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES - REGIÃO NORDESTE 02	SEVERINO ANTÔNIO DOS SANTOS
22	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA)	EMERSON JOSÉ DA S. OLIVEIRA
23	GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE DE LAGOA DO CARRO	ISABEL GONCALVES
24	PREFEITURA DE LAGOA DO CARRO/PE	JUDITE MARIA BOTAFOGO SANTANA DA SILVA PREFEITA
25	COLÔNIA DE PESCADORES E PESCADORAS Z-21 DE PEDRINHAS PETROLINA- PE	MARIA CRISTINA BARBOSA DE CALDAS RAIMUNDO BAHIA
26	COLÔNIA DE PESCADORES E PESCADORAS DE PERNAMBUCO Z-18 - LAGOA DO CARRO	MARIA DAS NEVES DOS SANTOS



Convidados

27	MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS (MPP)	ANA ILDA NOGUEIRA PAVÃO EDI CARLOS ALMEIDA CAVALHEIRO
28	DEPARTAMENTO DE GESTÃO COMPARTILHADA DE RECURSOS PESQUEIROS– DPES	GILBERTO SALES
29	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORES DE CURRALINHOS DE JUAZEIRO - BA	MARIA ALICE BORGES DA SILVA
30	COLÔNIA DE PESCADORES Z-5 TAMANDARÉ - PE	MARIA MADALENA SILVA DOS SANTOS
31	COLÔNIA DE PESCADORES DE CABROBÓ Z-35 - PE	MARIA CÍCERA BEZERRA DE LACERDA
32	COLÔNIA DE PESCADORES E PESCADORAS Z-44 DE ÁGUAS BELAS - PE	FÁBIA BEZERRA - PRESIDENTE
33	COLÔNIA DE PESCADORES Z-24 DE VENTUROSA - PE	JOSENILDO FERREIRA DE ARAUJO
34	COLÔNIA DE PESCADORES Z-19 DE SANTA MARIA DA BOA VISTA - PE	JOSÉ IVAN CARIRI DA CRUZ
35	COLÔNIA DE PESCADORES Z-27 DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO - PE	MARCELO ALVES DA SILVA



Convidados

36	COLÔNIA DE PESCADORES Z-38 DE AFRÂNIO/PE	ODAIR JOSÉ
37	COLÔNIA DE PESCADORES E PESCADORAS Z-31 DA BARRAGEM DO CHAPÉU/PE	JOÃO CARIOLANO DE ALENCAR
38	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DO ASSENTAMENTO VIRGULINO FERREIRA, BARRAGEM DE SERRINHA NO RIO PAJEÚ-MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA/PE	FRANCISCO ROSENDO
39	COLÔNIA DE PESCADORES E PESCADORAS Z-13 DE JATOBÁ, BARRAGEM DO MOXOTÓ NO RIO SÃO FRANCISCO/PE	IOLANDA NUNES MOURA SANTOS
40	COLÔNIA Z-39 DE LAGOA GRANDE/PE	ARNALDO ALVES DA SILVA
44	COLÔNIA DE PESCADORES E PESCADORAS Z-29 DE FLORESTA/PE	MARIA JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA
42	COLÔNIA DE PESCADORES E PESADORAS Z-31 DE SERRITA/PE	SEBASTIÃO JOSÉ DOS SANTOS
43	COLÔNIA DE PESCADORES E PESCADORAS Z-16 DE IBIMIRIM/PE	EMERSON VIEIRA FREIRE
44	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA	MARIA LUÍSA QUININO DE MEDEIROS
45	COLÔNIA Z-78 DE QUIXABINHA DO MUNICÍPIO DE MAURITI/CE	JOSÉ DE ARAÚJO SILVA



Agenda

Agenda definitiva da 2ª Sessão Ordinária do CPG Nordeste

[Link agenda](#)



Aprovação da Ata da 1ª Sessão Ordinária do CPG Nordeste



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL
REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS CONTINENTAIS
DAS BACIAS DO SÃO FRANCISCO, PARNAÍBA, ATLÂNTICO NORDESTE OCIDENTAL, ATLÂNTICO NORDESTE ORIENTAL E
ATLÂNTICO LESTE - CPG NORDESTE

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA
Brasília/DF, 30 e 31 de agosto de 2023

1. ABERTURA

No dia 30 de agosto de 2023, às 9h00, horário de Brasília, a Coordenadora do CPG Nordeste, Sra. Ormeiza Barbosa, verificou o quórum e pediu a apresentação dos membros, seguindo a ordem da Portaria MPA nº 130, de 5 de setembro de 2023.

Em seguida, apresentou a estrutura da secretaria-executiva do CPG Nordeste, sendo a Secretária-Executiva, Sra. Erina Batista, a Secretária Adjunta, Sra. Sandy Evelin Lima. Foi dada sequência aos ritos iniciais da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo pela presença, oferecendo as boas-vindas para a 1ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste - CPG Nordeste, no âmbito da Rede Pesca Brasil.

Ata: [Ata da 1ª Sessão Ordinária do CPG Nordeste](#)

Envio: 11/10/2023

Prazo para considerações: até 10/11/2023 (§ 3º do art. 17 da Portaria SAP/MAPA nº 554, de 2022) até 30 dias após o seu envio

Publicação no site MPA: [Publicação/Divulgação](#)



Apresentação

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA (CONAPE)

Assessoria de Participação Social de Diversidade (APSD/MPA)

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



POVOS DA PESCA ARTESANAL



SÍNTESE DO PROGRAMA POVOS DA PESCA ARTESANAL

SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

02/08/2023 | Salão Nobre | Palácio do Planalto | Brasília/DF

INTRODUÇÃO

- Programa construído pelo Governo Federal com **foco nas pescadoras e nos pescadores artesanais**.
- Almeja incorporar, nas políticas públicas do Estado Brasileiro, as **principais reivindicações das pescadoras e pescadores artesanais** em uma ação integrada;
- Decreto nº 11.626, de 2 de agosto de 2023;
- **Secretaria Nacional de Pesca Artesanal** no Ministério da Pesca e Aquicultura.





DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/08/2023 | Edição: 147 | Seção: 1 | Página: 3

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.626, DE 2 DE AGOSTO DE 2023

Institui o Programa Povos da Pesca Artesanal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Povos da Pesca Artesanal, com a finalidade de elaborar e implementar políticas públicas e estabelecer agenda de ações prioritárias, construída de forma participativa, destinadas à defesa, à promoção e ao fortalecimento das comunidades pesqueiras artesanais no território nacional.

Parágrafo único. O Programa será coordenado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - o fortalecimento e a capacitação de pescadoras e pescadores das comunidades pesqueiras artesanais no território nacional, para:

planalto.gov.br



Secretaria Nacional de
Pesca Artesanal

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Objetivos do Programa

- **Fortalecer** e **capacitar** pescadoras e pescadores artesanais para enfrentar desafios e melhorar produção;
- Valorizar **atividades** e **culturas** das comunidades pesqueiras e seus territórios;
- Estimular a **pesquisa** e **inovação** sustentável;
- Garantir **segurança** alimentar nacional;
- Promover **justiça socioambiental** na pesca artesanal.



Subida de rede.
Fonte: OTSS/FioCruz

Diretrizes do Programa

- **Defesa e promoção** das pescadoras e pescadores artesanais, levando em conta sua diversidade cultural;
- **Combate ao racismo** e discriminação para inclusão socioeconômica;
- **Respeito aos costumes** das diferentes comunidades de pesca;
- Promoção da sustentabilidade ambiental e respeito aos **conhecimentos tradicionais**;
- Apoio aos **modos de organização das comunidades na gestão de recursos e territórios**.



Pescaria Calçara de Cerco Flutuante.
Fonte: Yoshiaki Miyazaki

AÇÕES EM EXECUÇÃO

- **Projeto Santiago: Condições de trabalho dos pescadores e pescadoras no Brasil** - Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MPA e o Ministério Público do Trabalho (**MPT**) que visa promover a melhoria das condições gerais do trabalho dos pescadores e pescadoras no Brasil.
- **Subprograma Jovem Cientista da Pesca Artesanal** - PIBIC Jr-Convênios entre o MPA e as Fundações de Amparo à Pesquisa (**FAPs**) estaduais com vistas ao fomento de bolsas de iniciação científica juniores para a juventude da pesca artesanal.

03/05 - MPA lançou o Programa Jovem Cientista em Teresina (PI)



- **Subprograma Culturas Pesqueiras Artesanais do Brasil** - Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o **MPA** e o Ministério da Cultura (**MinC**) que visa apoiar, divulgar, fomentar e reconhecer as culturas pesqueiras tradicionais do Brasil.
- **Subprograma Boa Maré** - ACT entre o **MPA** e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (**MDS**) que visa a inclusão socioprodutiva e a segurança alimentar e nutricional das comunidades pesqueiras artesanais.



- **Subprograma do Territórios Pesqueiros Artesanais para sua mesa** - ACT entre o MPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) que visa promover a inclusão produtiva, assistência técnica, crédito, educação e regularização para pescadores artesanais e aquicultores familiares.
- **Subprograma Pescado Artesanal Abastecendo o País** - ACT entre o MPA e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que visa incluir a pesca artesanal no PAA, apoiar projetos de beneficiamento, promover feiras nos territórios e estabelecer a pesca artesanal como política pública.



“

O **Plano Nacional da Pesca Artesanal** tem por objetivo oferecer as bases para a construção de uma **política de Estado multidimensional** (ordenamento, extensão, educação, saúde, gênero, sexualidade, territórios, cadeia produtiva, juventude etc.) para a pesca artesanal, para os **próximos 10 anos**.

”



Diretrizes

- Participação Social e respeito à autodeterminação das comunidades pesqueiras.
- Igualdade de gênero, étnico-racial e juventude pesqueira.
- Base Científica.
- Sustentabilidade.
- Fortalecimento das **Comunidades Pesqueiras** e seus **Territórios**
- **Gestão e Ordenamento Pesqueiro Participativo.**
- **Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas e Transição Climática justa.**
- Educação contextualizada para os povos da pesca artesanal.
- Valorização do patrimônio cultural das comunidades pesqueiras.



JOCEMAR TOMASINO MENDONÇA

Secretaria Nacional de Pesca Artesanal

snpa@mpa.gov.br

(61) 3276-4448

BIANCA SOUSA

Coordenação-Geral de Gestão Participativa Continental (CGCON)

bianca.larissa@mpa.gov.br

(61) 3276-4198

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



POVOS DA
PESCA
ARTESANAL



**DEMANDAS RECEPCIONADAS PELA SECRETARIA
NACIONAL DE PESCA ARTESANAL (SNPA/MPA)**
*BACIAS DO SÃO FRANCISCO, PARNAÍBA, ATLÂNTICO NORDESTE
OCIDENTAL, ATLÂNTICO NORDESTE ORIENTAL E ATLÂNTICO LESTE -
CPG NORDESTE*

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



Demandas

CATEGORIA	ASSUNTO
Ordenamento	Solicitação de Período de defeso na Barragem Lagoa do Carro – Pernambuco Demanda proveniente de um consórcio de prefeituras, colônias e associações de pescadores de Pernambuco
Ordenamento	Solicitação de visita na Barragem Lagoa do Carro – Pernambuco Demandada Gerência de Meio Ambiente e Sustentabilidade Prefeitura de Lagoa do Carro
Territórios Pesqueiros e Integração de Políticas Públicas	Parecer sobre a Portaria Interministerial nº 192, de 05 de outubro de 2015, que suspende por até 120 dias os períodos de defeso conforme estabelecido em alguns atos normativos, e sua aplicabilidade na atividade pesqueira do Lago de Sobradinho - Bahia
Conflito	Solicitação de uma agenda entre os dias 20 e 24 de novembro de 2023 junto ao Conselho Pastoral dos Pescadores (Regional Maranhão)
Territórios Pesqueiros e Integração de Políticas Públicas	Solicitação de estudos para identificação das causas da mortalidade de peixes e possível contaminação do Rio São Francisco nas regiões de Guanhães, Pontal Itamotinga e Maniçoba, situadas na Zona Rural de Juazeiro - Bahia
Fortalecimento	Solicitação de fomento para o desenvolvimento da atividade pesqueira no estuário do rio Real, no município de Jandaíra - Bahia

Demandas

CATEGORIA	ASSUNTO
Territórios Pesqueiros e Integração de Políticas Públicas	Refere-se à solicitação de ajuda para o estado de Alagoas e a população de Maceió, com o objetivo de reparar os prejuízos causados pela empresa Braskem. Isso inclui a disponibilização de recursos para atender cerca de 6.000 pescadores e marisqueiras que dependem da lagoa para seu sustento - Alagoas
Territórios Pesqueiros e Integração de Políticas Públicas	Sugere ao Ministério da Pesca e Aquicultura a celeridade e o cumprimento da Recomendação nº 33/2023, visando quantificar e qualificar o total de Pescadores e Pescadoras Profissionais no estado de Alagoas, a fim de viabilizar o auxílio financeiro aos pescadores e marisqueiras afetados pela interdição de parte da Lagoa Mundaú - Alagoas
Ordenamento	Solicitação de visita técnica ao açude público de São Gonçalo e agendamento de reunião com a Federação dos Pescadores e Aquicultores de Águas Interiores da Paraíba (FCPAAI-PB) no município de Sousa - Paraíba
Ordenamento	Demanda do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e dos pescadores e pescadoras artesanais da região do Submédio São Francisco, nos municípios de Jatobá, Petrolândia, Ibimirim, Floresta, Itacuruba, Serra Talhada, Belém do São Francisco, Cabrobó, entre outros do estado de Pernambuco, que solicitam medidas em relação às diversas espécies exóticas que têm surgido no Rio São Francisco (Mexilhão-Dourado, Tucunaré-Tigre e Panga), bem como análise das Instruções Normativas IN 043/2024, IN 050/2007 e Portaria 18/2008 do IBAMA - Pernambuco
Ordenamento	Trata da necessidade de rediscutir as portarias de regulamentação da pesca no Rio São Francisco, bem como da solicitação de informações sobre quais ações estão sendo desenvolvidas em relação à invasão de espécies exóticas no São Francisco, especialmente o Mexilhão-Dourado - Pernambuco

SOLICITAÇÃO DE PERÍODO DE DEFESO NA BARRAGEM DA LAGOA DO CARRO PERNAMBUCO

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



RECOMENDAÇÕES DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG NORDESTE

Jocemar Mendonça
Coordenador do CPG Nordeste

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



REC 1/2023: Instituir o Grupo Técnico Científico (GTC) do CPG Nordeste.

Em andamento

REC 2/2023: Compartilhar o edital para inscrição no banco técnico científico.

Em andamento

REC 3/2023: Produção de um material de divulgação das normas de ordenamento pesqueiro vigentes das bacias abarcadas pelo CPG Nordeste

Em andamento

REC 4/2023: Levantamento das normas de ordenamento pesqueiro estaduais e disponibilização aos membros dos CPG NE.

Em andamento

REC 5/2023: Encaminhar para as entidades e órgãos demandantes do estado de Pernambuco os contatos e a manifestação de interesse da SDA - PE em acompanhar as demandas recepcionadas pela SNPA apresentadas no CPG Nordeste.

Em andamento



REC 6/2023: Encaminhar a relação dos período de defeso para as instituições representativas da área de abrangência do CPG Nordeste, solicitando a identificação dos defesos prioritários para revisão.

Atendida. Aguardando retorno

REC 7/2023: Encaminhar para o MMA a lista de organizações interessadas em participar do subgrupo do Plano de Recuperação do Pintado/Surubim.

Em andamento

REC 8/2023: Recomendar ao Subgrupo do Plano de Recuperação do Pintado/Surubim para que tratem a bacia hidrográfica do rio São Francisco de forma regionalizada, considerando o alto, médio, submédio e baixo São Francisco.

Atendida.

REC 9/2023: Encaminhar à Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa do Ministério da Pesca e Aquicultura (SERMOP/MPA) as demandas de monitoramento e pesquisa presentes no Plano de Recuperação do Pintado/Surubim.

Atendida.

REC 10/2023: Levantar e sistematizar estudos de impacto da presença de espécies exóticas na bacia do rio São Francisco.

Pendente



REC 11/2023: Apresentar para o CPG Nordeste um documento síntese sobre as medidas de ordenamento que precisam ser revistas, de acordo com o PAN São Francisco (CEPTA/ICMBio).

Atendida. Aguardando retorno

REC 12/2023: Encaminhar à SERMOP lista de entidades interessadas em fornecer informações e dados de registo e monitoramento da atividade pesqueira.

Em andamento

REC 13/2023: Incluir na pauta da próxima reunião do CPG Nordeste a discussão e avaliação sobre repovoamento de espécies.

Não atendida

REC 14/2023: Solicitar ao IBAMA e órgãos estaduais quais são os procedimentos legais para realizar o repovoamento de espécies

Atendida. Aguardando retorno

REC 15/2023: Identificação das UHEs, PCHs e empreendimentos de energia solar, no rio São Francisco, em atividade e em previsão de instalação.

Atendida. Aguardando retorno

REC 16/2023: Solicitar que o PAN São Francisco realize uma apresentação sobre as ações relacionadas às articulações sobre vazão ecológica.

Atendida.



Apresentação

ESTRATÉGIAS NO COMBATE À INVASÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS: O CASO DO MEXILHÃO DOURADO NO RIO SÃO FRANCISCO

Newton Barbosa - Hydrobiology

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



Apresentação

SÍNTESE SOBRE A REVISÃO DAS MEDIDAS DE ORDENAMENTO/ PAN SÃO FRANCISCO *CEPTA/ICMBio/MMA*

INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO DA VAZÃO ECOLÓGICA DOS RESERVATÓRIOS *CEPTA/ICMBio/MM*

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



Recomendações 2^a Sessão Ordinária



Calendário: 3ª Sessão Ordinária e local





MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA





2ª REUNIÃO ORDINÁRIA CPG NORDESTE

Petrolina/PE

15 e 16 de maio de 2024

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



Apresentação

ESTRATÉGIAS NO COMBATE À INVASÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS: O CASO DO MEXILHÃO DOURADO NO RIO SÃO FRANCISCO

Newton Barbosa - Hydrobiology

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



O que são invasões
biológicas?

Entrada e **proliferação** de organismos **exóticos** em um ecossistema

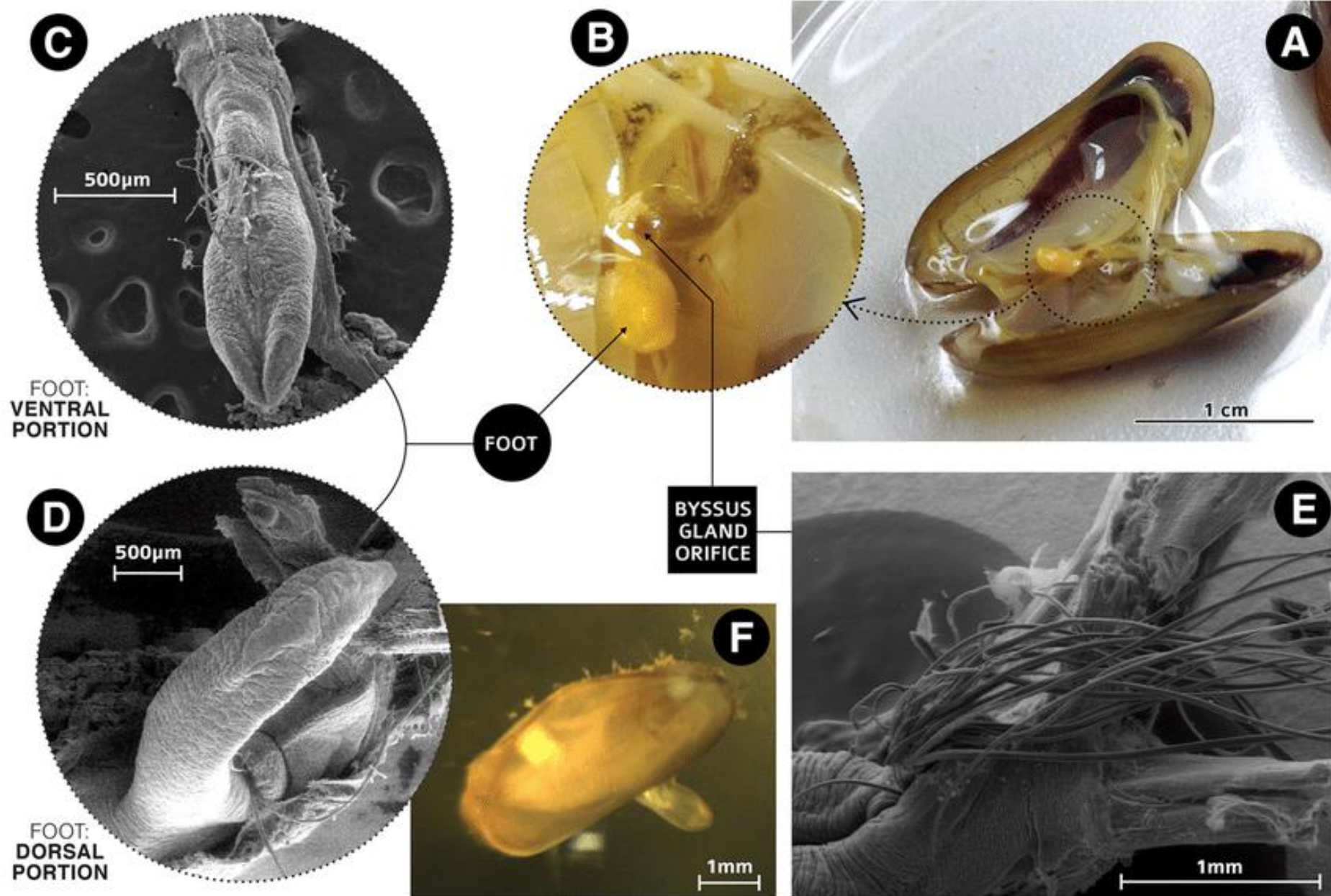


Mangifera indica



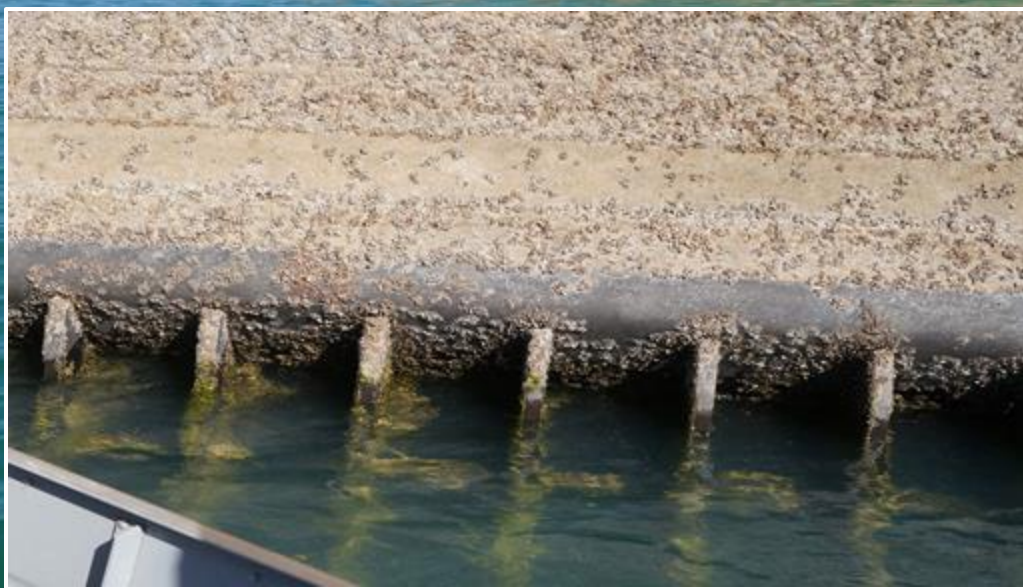
Quais são os impactos ecológicos e econômicos das invasões biológicas?

- Redução na produtividade de culturas,
- Impactos sobre o funcionamento de ecossistemas terrestres e aquáticos,
- Diminuição da resiliência das comunidades naturais,
- Introdução de doenças e vetores,
- Impacto no turismo,
- Impactos econômicos diversos.











Os **custos globais totais acumulados** relacionados aos bivalves invasores incrustantes foram de **US\$ 63,7 bilhões** (US\$ 2017) em todas as regiões e setores socioeconômicos, **entre 1980 e 2020**.

Haubrock *et al.* (2021)



Os **custos globais totais acumulados** relacionados aos bivalves invasores incrustantes foram de **US\$ 63,7 bilhões** (US\$ 2017) em todas as regiões e setores socioeconômicos, **entre 1980 e 2020**.

87	 Uruguay	Americas	64,283	2022
----	--	----------	--------	------

Os **custos globais totais acumulados** relacionados aos bivalves invasores incrustantes foram de **US\$ 63,7 bilhões** (US\$ 2017) em todas as regiões e setores socioeconômicos, **entre 1980 e 2020**.

US\$ 1,55 bilhões/ano!

No Brasil, **mais de 60 usinas hidrelétricas** já foram colonizadas por *Limnoperla fortunei*.

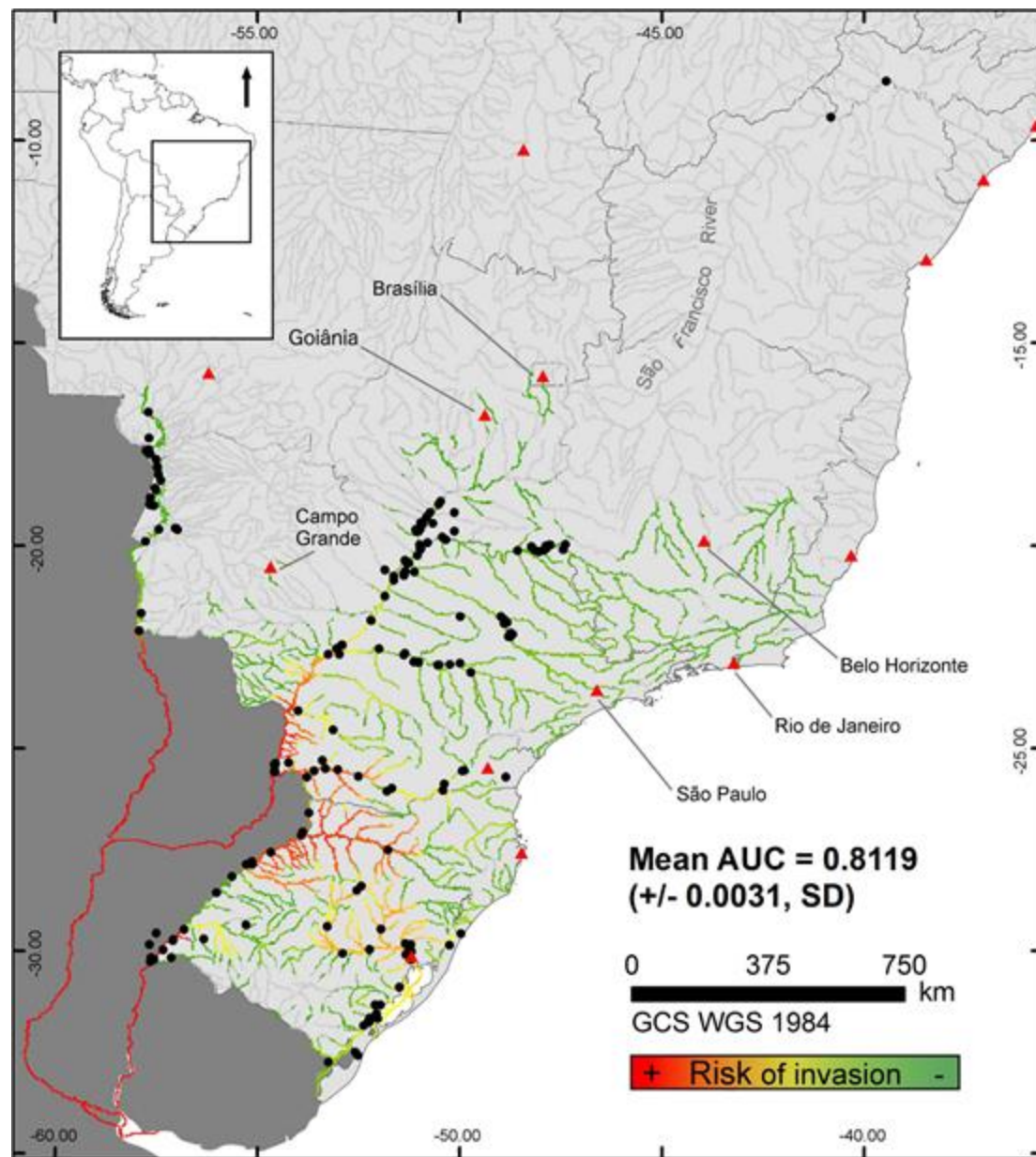
O desligamento de **uma única turbina de 40 MW** para controle da bioincrustação pode custar **US\$ 6,2 milhões** por ano na geração de energia perdida (revisado por Boltovskoy *et al.*, 2015^{***}).

Para um total de ~**60000 MW**
produzidos pelas usinas infestadas
no Brasil, chegamos a um valor
anual médio e aproximado de
R\$16.6 milhões de reais gastos com
controle e prevenção das
infestações de mexilhões-dourados.

~R\$ 80.000,00 reais por
unidade geradora por ano



Impactos negativos nas
atividades de geração de energia
hidrelétrica e na captação de
água para o consumo humano

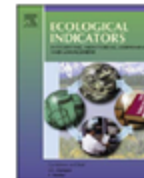


ELSEVIER

Contents lists available at ScienceDirect

Ecological Indicators

journal homepage: www.elsevier.com/locate/ecolind



Original Articles

Prediction of future risk of invasion by *Limnoperna fortunei* (Dunker, 1857) (Mollusca, Bivalvia, Mytilidae) in Brazil with cellular automata

Newton P.U. Barbosa^{a,b,*}, Jacqueline A. Ferreira^a, César A.R. Nascimento^a, Fabiano A. Silva^a, Vinícius A. Carvalho^a, Eric R.S. Xavier^a, Lucas Ramon^a, Arthur C. Almeida^a, Marcela D. Carvalho^c, Antônio V. Cardoso^{a,d}

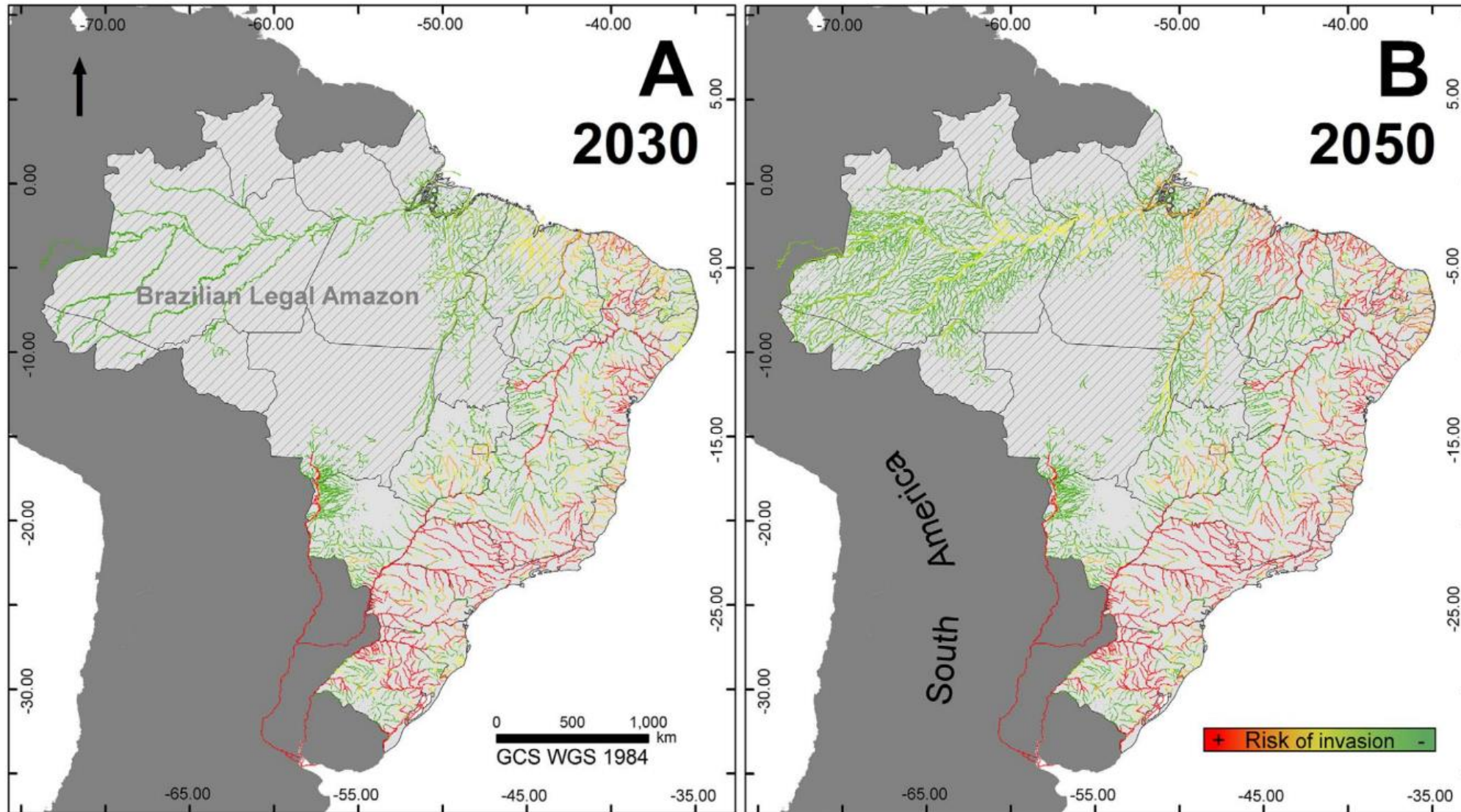
^a Centro de Bioengenharia de Espécies Invasoras – Campus CETEC/CIT Senai-Fieng, Belo Horizonte, MG, Brazil

^b Laboratório de Ecologia Evolutiva & Biodiversidade, Departamento de Biologia Geral, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brazil

^c Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Avenida Barbacena, 1200, Santo Agostinho, CEP 30190-131 Belo Horizonte, MG, Brazil

^d University of the State of Minas Gerais - UEMG, Av. Antônio Carlos, 7545, São Luiz, Belo Horizonte, MG CEP 31270-010, Brazil





Conclusões

A **crescente ameaça econômica** causada por bivalves invasores de água doce, oferecem um forte incentivo econômico para se **investir** em **manejos preventivos**, *tais como biossegurança e a erradicação de resposta rápida.*

- eDNA
- Microscopia
- Vistorias
- Biobox
- Predadores
- Vigilância
- Controle Mecânico
- Controle Químico
- **Educação Ambiental**

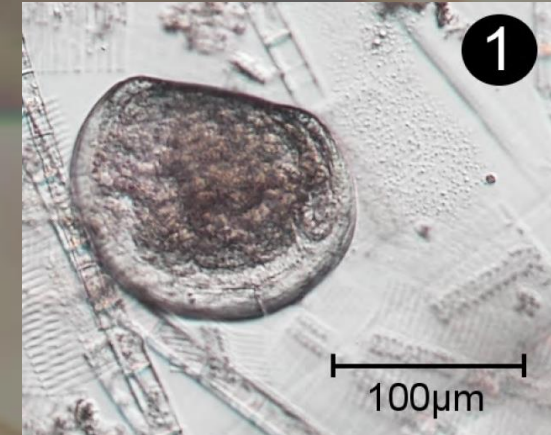
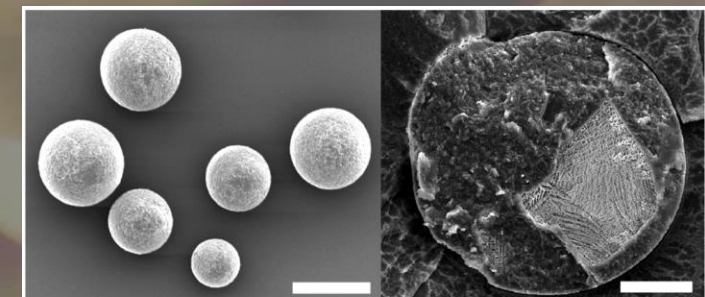


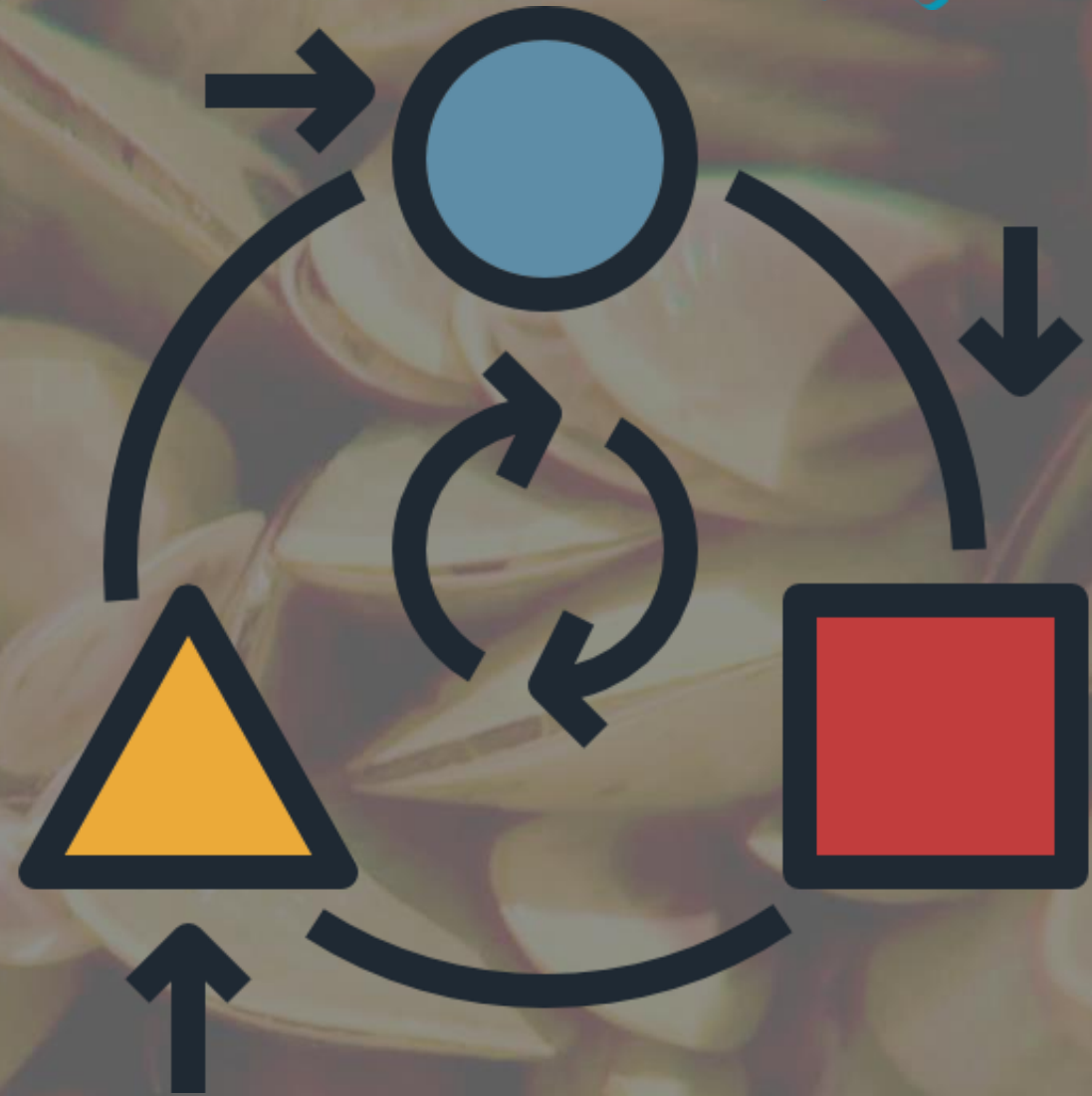
Figura 4. Piau (*Leporinus obtusidens* Valenciennes, 1836).



Microencapsulated BioBullets for the Control of Biofouling Zebra Mussels

DAVID C. ALDRIDGE,^{*,1}
PAUL ELLIOTT,² AND
GEOFF D. MOGGIDGE¹
¹Department of Zoology, University of Cambridge,
Downing Street, Cambridge CB2 3EJ, U.K., and
²Department of Chemical Engineering, University of
Cambridge, Pembroke Street, Cambridge CB2 3RA, U.K.

- eDNA
- Microscopia
- Vistorias
- Biobox
- Predadores
- Vigilância
- Controle Mecânico
- Controle Químico
- **Educação Ambiental**







Obrigado!

Newton P. U. Barbosa, PhD
Latin America Lead



newton.barbosa@hydrobiology.com



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

DIRETRIZES E MECANISMOS

Adriana Vilela Toledo

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Um direito garantido na Constituição.

- *A Constituição Federal de 1988, garantiu a participação da sociedade na gestão de políticas públicas e programas promovidos pelo Governo Federal – é o chamado controle social.*



Sistema de Participação

- O Presidente criou através do Decreto 11.407 de 31 de janeiro de 2023, o Sistema de Participação Social.
- Criou também as Assessorias de Participação Social e Diversidade.



Diretriz Estratégica

Promover a participação de milhões de brasileiras e brasileiros na reconstrução e transformação social do país e organização nos territórios e meios digitais, fortalecendo a democracia participativa nas políticas públicas.



Diretrizes da Participação Social

- 1- O reconhecimento da participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia;
- 2- A complementariedade, transversalidade e integração entre mecanismos e instâncias de democracia representativa, participativa e direta;
- 3- A solidariedade, cooperação e respeito à diversidade para construção de valores da cidadania e de inclusão social;
- 4- O direito à informação, à transparência e ao controle social nas ações públicas;
- 5- A valorização da educação para cidadania ativa;
- 6- A autonomia, o livre funcionamento e a independência das organizações da sociedade civil;
- 7- A ampliação dos mecanismos de controle social.



Competências da Assessoria de Participação Social e Diversidade

1. Articular e promover sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, as relações políticas do Ministério com os diferentes segmentos da sociedade civil;
2. Fortalecer e coordenar os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil;
3. Fomentar e estabelecer diretrizes e orientações à gestão de parcerias e relações governamentais com organizações da sociedade civil; e
4. Assessorar direta e imediatamente o Ministro de Estado, quanto as competências específicas do Ministério na formulação de políticas e diretrizes para:
 - a) a promoção da participação social e da igualdade de gênero, étnica e racial;
 - b) a proteção dos direitos humanos; e
 - c) o enfrentamento de desigualdades sociais e regionais



A Participação Social no MPA

- Promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social;
- Aprimorar a relação entre o MPA com a sociedade civil e os movimentos sociais, respeitando a autonomia das partes;
- Promover e consolidar a adoção de mecanismos de participação social nas políticas, programas e ações do MPA;
- Desenvolver mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento;
- Incentivar o uso e o desenvolvimento de metodologia que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagem de participação social por meio da internet;
- Desenvolver mecanismos de participação social acessíveis aos pescadores, pescadoras, aquicultoras e aquicultores;
- Incentivar e promover ações e programas de apoio institucional, formação e qualificação em participação social para gestores, servidores e a sociedade civil;
- Fortalecer institucionalmente as organizações da sociedade civil.
- Promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social;



MECANISMOS E INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca/CONAPE

- Principal Mecanismo de Participação Social

Decreto publicado em 02/08/2023



- Realizamos o Chamamento Público através de Edital
- Posse foi realizada em 13/12/2023

Já foram realizadas duas reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária



PARTICIPAÇÃO SOCIAL: INSTÂNCIAS E MECANISMOS

2. Rede Pesca Brasil – CPG's

<div>CALENDÁRIO CPG's</div> <div></div>	COMITÊ	DATA	LOCAL
	CPG ATUNS E AFINS (EXTRAORDINÁRIA)	6 DE SETEMBRO DE 2023	ONLINE
	2ª REUNIÃO CPG DEMERSAIS SE/S	12 E 13 DE MARÇO DE 2024	LOCAL A DEFINIR
	1ª REUNIÃO CPG BACIAS DO NORDESTE	30 E 31 DE AGOSTO DE 2023	BRASÍLIA, DF
	2ª REUNIÃO CPG ORNAMENTAIS	13 E 14 DE SETEMBRO DE 2023	SÃO PAULO, SP
	2ª REUNIÃO CPG BACIAS DO NORTE	28 E 29 DE SETEMBRO DE 2023	SANTARÉM, PA
	3ª REUNIÃO CPG ATUNS E AFINS	4 E 5 DE OUTUBRO DE 2023	NATAL, RN
	2ª REUNIÃO CPG CENTRO SUL	26 E 27 DE OUTUBRO DE 2023	CAMPO GRANDE, MS
	2ª REUNIÃO CPG DEMERSAIS N/NE	7 E 8 DE NOVEMBRO DE 2023	BELÉM, PA
	1ª REUNIÃO CPG PELÁGICOS N/NE	27 E 28 DE NOVEMBRO DE 2023	SÃO LUIZ, MA
	1ª REUNIÃO CPG PELÁGICOS SE/S	05, 06 E 07 DE DEZEMBRO DE 2023	SANTA CATARINA, SC
	2ª REUNIÃO CPG LAGOSTA	14 E 15 DE DEZEMBRO DE 2023	FORTALEZA, CE



PARTICIPAÇÃO SOCIAL: INSTÂNCIAS E MECANISMOS

3. Conferência Nacional

- *O MPA já realizou 3 (três) Conferências Nacionais, a última em 2013.*
- *Sugerimos realizar a próxima Conferência em final de 2025*



PARTICIPAÇÃO SOCIAL: INSTÂNCIAS E MECANISMOS

- 4. Grupos de Trabalho
- 5. Mesas de Diálogo
- 6. Ouvidoria
- 7. Audiências Públicas
- 8. Consultas Públicas
- 9. Interfaces e Ambientes virtuais
- 10. Fórum de Debates



COMO ESTÁ IMPLEMENTADA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO MPA

Todos os órgãos do MPA (secretarias, assessorias e consultorias) são responsáveis pela implementação da Participação Social e têm como funções:

- *Considerar as instâncias e os mecanismos de participação social previstos neste documento para a formulação, execução, monitoramento e avaliação de seus programas e políticas públicas*
- *Elaborar estratégias de implementação da participação sócias no âmbito de seus programas e políticas setoriais*



COMO MONITORAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O acompanhamento da implementação será de responsabilidade da Assessoria de Participação Social do MPA e terá as seguintes atribuições:

- *Acompanhar a implementação nos órgãos do MPA*
- *Disponibilizar orientações para implementação da participação social, em parceria com a Secretaria Nacional de Participação Social para os órgãos do MPA*



GOVERNANÇA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Criamos o **Comitê Permanente de Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão** que funciona como a instância de assessoramento a APSD no monitoramento e implementação da participação social no âmbito do MPA.
- É composto pelos diversos órgãos do MPA e presidido pelo titular da APSD.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

- UM DIREITO HUMANO,
- UMA POLÍTICA DE ESTADO,
- UM MÉTODO DE GOVERNO.



PESCA AMADORA E ESPORTIVA



Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva

Rivetla Édipo A. Cruz

Diretor

Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



PLANO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA AMADORA E ESPORTIVA (PNPA)



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

LANÇAMENTO DO PLANO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA AMADORA E ESPORTIVA (PNPA)



OBJETIVO

Promover a atividade de pesca amadora e esportiva de forma a possibilitar o desenvolvimento econômico, social e a conservação ambiental no Brasil.



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O PNPA está alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

OS PROGRAMAS

O PNPA está estruturado em 4 programas, cada um deles abordando temáticas específicas que serão trabalhadas de forma colaborativa com os atores envolvidos com a atividade de pesca amadora e esportiva.





1 - PROGRAMA GERAÇÃO E GESTÃO DE DADOS

Ações planejadas para o levantamento e gestão de informações que subsidiem o ordenamento e o desenvolvimento sustentável da pesca amadora e esportiva.



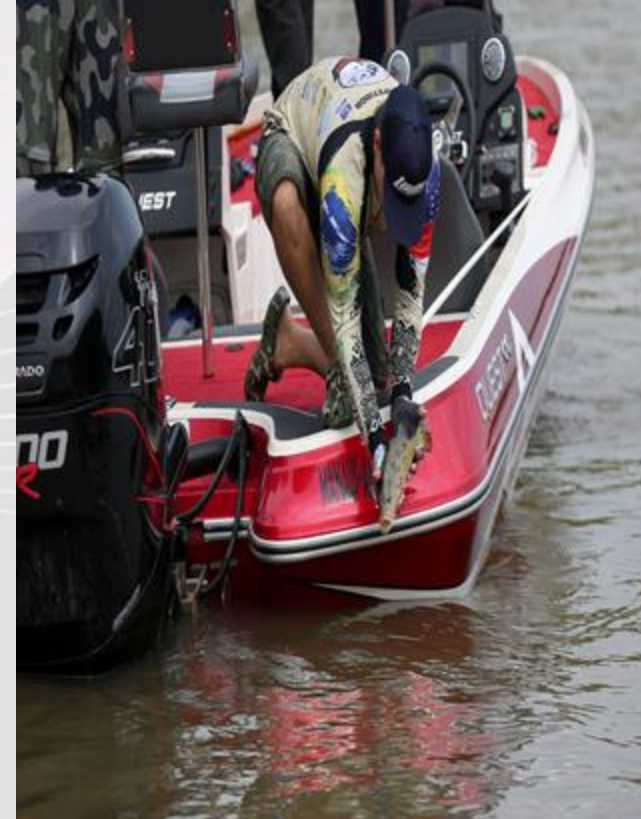


2 - PROGRAMA DE ORDENAMENTO DA PESCA AMADORA E ESPORTIVA

Abrange demandas relacionadas à elaboração e revisão dos atos normativos, bem como ações para o cumprimento das normas, relacionadas aos aspectos de monitoramento e fiscalização.

As ações devem ser pensadas a partir da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca

Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2019





3 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PESCA AMADORA E ESPORTIVA

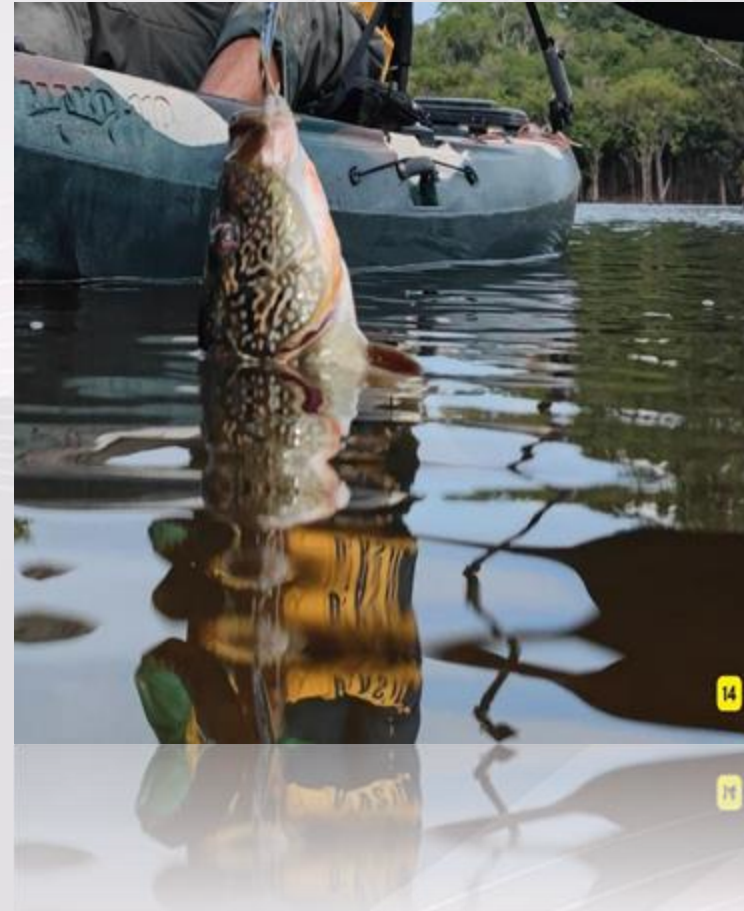
Ações planejadas para o aprimoramento de infraestrutura, equipamentos e serviços especializados para a realização de campeonatos de pesca e apoio ao turista, devendo ser incluídas iniciativas que garantam a participação das mulheres e de pessoas com deficiência nas atividades de pesca amadora e esportiva.





4 - PROGRAMA DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

Ações de divulgação da atividade de pesca amadora e esportiva em todos os seus aspectos, incluindo a divulgação dos campeonatos de pesca, de campanhas de educação ambiental, das normas de gestão vigentes para a atividade, entre outras.



METODOLOGIA

Oficinas participativas:

- Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais
- Entidades do Setor da Pesca Amadora e Esportiva

Mapeamento:

- Gargalos
- Metas
- Ações
- Prazos
- Responsáveis



OFICINAS PREVISTAS

Região Norte

- 1ª - dia 04/06
- 2ª - dia 18/06
- 3ª - dia 02/07

Região Nordeste

- 1ª - dia 06/06
- 2ª - dia 20/06
- 3ª - dia 05/07

Região Centro-Oeste

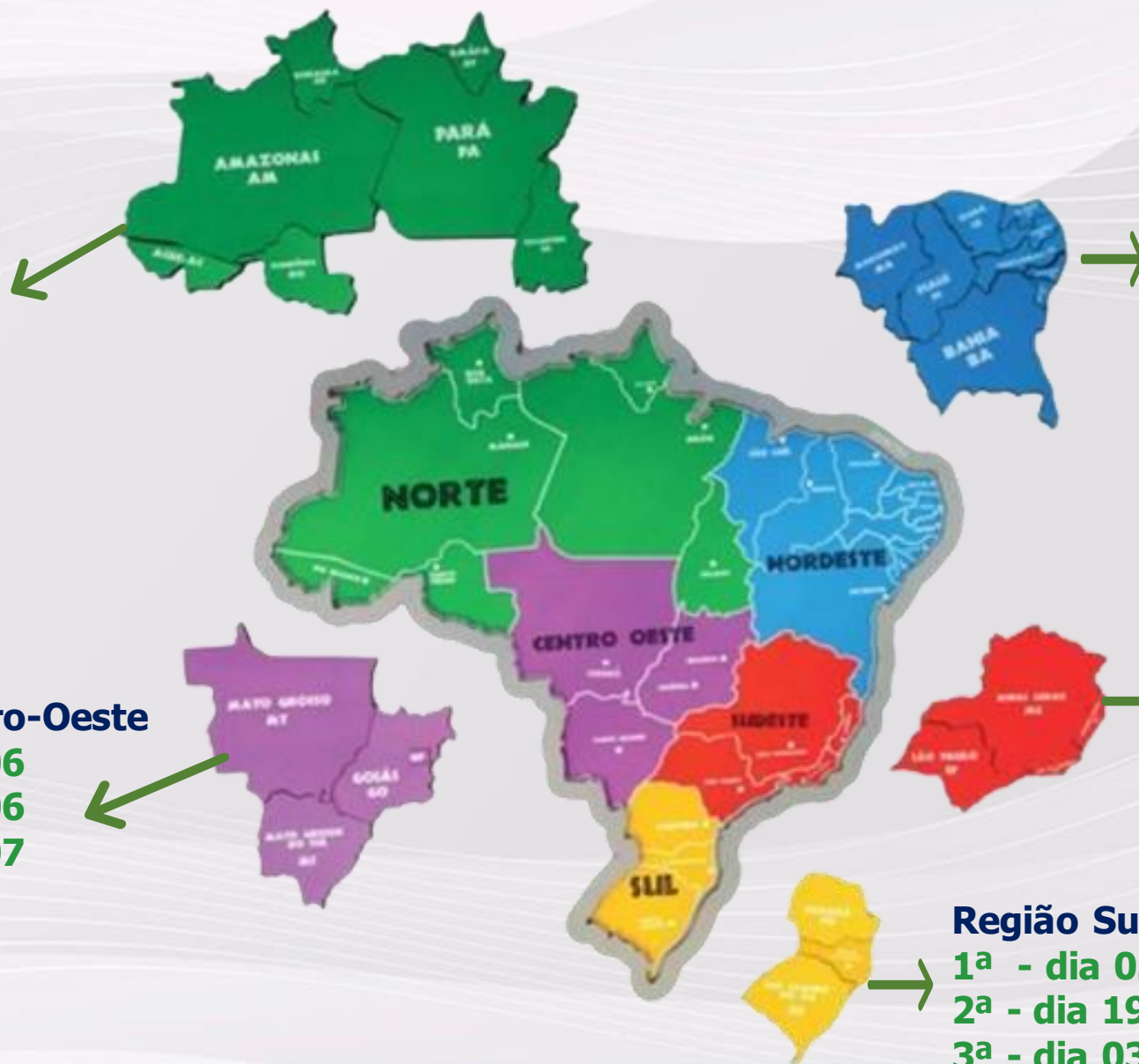
- 1ª - dia 07/06
- 2ª - dia 21/06
- 3ª - dia 04/07

Região Sudeste

- 1ª - dia 03/06
- 2ª - dia 17/06
- 3ª - dia 01/07

Região Sul

- 1ª - dia 05/06
- 2ª - dia 19/06
- 3ª - dia 03/07



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

Apoio de Organismos Internacionais

Instituto Interamericano para a Cooperação para Agricultura



Ações Complementares Previstas:

- Publicação de Boletim Estatístico da Pesca Amadora e Esportiva
- Diagnóstico socioeconômico da Pesca Amadora e Esportiva



Instituto Interamericano de Cooperación para a
Agricultura

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



PESCA AMADORA E ESPORTIVA

O que já estamos fazendo?



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Pesca Amadora e Esportiva

Ações Realizadas



- Calendário Nacional de Campeonatos de Pesca
- Cartilha da Pesca Amadora e Esportiva
- Lançamento do PNPA



Pesca Amadora e Esportiva

Participação em Campeonatos de Pesca

Ações:

- SNPI presente em todas as Regiões do Brasil
- Divulgação de normas
- Oferecimento de Serviços
- Identificação de demandas do setor



PARCERIAS COM UNIVERSIDADES

Universidade Federal do Mato Grosso

Objeto: Obtenção e disponibilização de informações-chave sobre o comportamento e sobrevivência de peixes alvo da pesca amadora e esportiva para o manejo e conservação das espécies e de subsídios ao desenvolvimento de um aplicativo para monitoramento da pesca amadora e esportiva em ambientes marinhos e continentais no Brasil.

Ações Previstas:

- Taguiamento de peixes nativos
- Painel de monitoramento online
- Relatórios para subsidiar a gestão



PARCERIAS COM UNIVERSIDADES

Universidade Federal de São Paulo

Objeto: Contribuir com o Plano Nacional da Pesca Amadora e Esportiva, baseado em experiências de algumas ações de pesquisa e extensão realizadas no Brasil, e também de colaborar com o alcance de alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pelas Nações Unidas no país, como os objetivos de "Redução das Desigualdades", "Igualdade de Gênero" e "Vida na Água"

Ações Previstas:

- Publicação de coletânea de estudos da pesca esportiva
- Websérie de boas práticas na pesca amadora e esportiva
- Oficinas de capacitação de guias de pesca em todas as regiões do Brasil.



Acordo de Cooperação Técnica

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA E MINISTÉRIO DO TURISMO



Estabelecer um regime de mútua cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Turismo, com vistas ao desenvolvimento sustentável das atividades de aquicultura e pesca em consonância com o desenvolvimento turístico.

Ações Previstas:

- Mapeamento de áreas potenciais para o turismo de pesca no Brasil
- Capacitação de agentes comunitários de turismo
- Promoção do turismo de base comunitária
- Divulgação de boas práticas na pesca amadora e esportiva para turistas nacionais e estrangeiros

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Secretaria Nacional da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva

Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva

Rivetla Édipo A. Cruz - Diretor
(rivetla.cruz@mpa.gov.br)



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

